

Angelo Passos

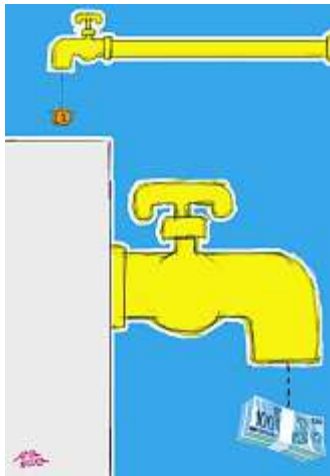
Jornalista, escreve às sextas-feiras neste espaço

/// O acréscimo de despesas obrigatórias tornará o orçamento de 2014 ainda mais rígido, dificultando as intervenções do governo em novas demandas

A pressão das contas

Tudo indica que tão cedo o país não se desvencilhará de uma das questões que mais o incomodam no campo econômico: o imbróglio nas contas públicas. O desenho do Orçamento-Geral da União (OGU) é preocupante.

Parece licença para gastar mais. Às despesas ditas incompressíveis (ou quase), como ajustes na remuneração do funcionalismo e benefícios previdenciários, deve ser agregado mais um dispêndio obrigatório. Visa a atender emendas parlamentares, conforme prevê a PEC do orçamento impositivo, praticamente aprovada no Congresso. O valor pode significar, no mínimo, 1,2% do OGU. Isso o tornará mais rígido, dificultando a intervenção do governo em necessidades emergentes. E com um agravante: diminuição do ritmo de crescimento da receita tributária – o que já está em curso e dificilmente será revertido em 2014. Afinal, a estimativa de alta do PIB para o próximo



ano (em torno de 2,13%), segundo o Boletim Focos do Banco Central, é inferior à previsão para 2013 (2,5%).

Nesse contexto, devem ser lembradas duas variáveis que assustam investidores, pela insegurança fiscal. Uma diz respeito ao mau estado das contas do governo central (União, Previdência Social e Banco Central). Elas apresentam o pior resultado em 17 anos. O déficit primário (receitas menos despesas sem a inclusão de juros) soma R\$ 10,47 bilhões, conforme números da Secretaria do Tesouro Nacional.

A outra é o prosseguimento em 2013 de uma caminhada perigosa: despesas em expansão mais rápida do que a arrecadação federal. Veja os dados do Tesouro: de janeiro a setembro, a receita total (que inclui dividendos de estatais) aumentou 8%, ou R\$ 61,5 bilhões, frente ao mesmo período do ano passado. Já as

despesas totais subiram 13,5%, ou R\$ 79,25 bilhões. É triste.

Contra tal situação já deveria estar fervendo uma mobilização nacional, impulsionada por entidades de classe. Por que o nó contábil, que tem alto custo para a sociedade, está sendo silenciado nos debates no período pré-eleitoral? Vamos esperar que a casa caia para tomar alguma providência?

Paulo Hartung

Economista, o ex-governador escreve às sextas-feiras neste espaço

/// Dirigida por Ronaldo Barbosa, a instituição se tornou um dos principais marcos da arte contemporânea e da formação cultural no Estado

Museu Vale, 15 anos!

O negócio das estradas de ferro, que no início do século XX proporcionou a efetiva ligação das terras capixabas com o restante do Brasil, notadamente, Minas Gerais, passou, na virada do milênio, a abrir novos horizontes ao nosso povo. O minério de ferro mantém suas trilhas ativas e dinâmicas, movimentando a economia, mas a consciência do valor da arte criou espaço para uma parada bem especial. Desde 15 de outubro de 1998, na antiga Estação Pedro Nolasco, construída em 1927, em Argolas, Vila Velha, o “embarque” e o “desembarque” movimentam outra matéria-prima: a cultura.

E essa parada especial, que recebeu o nome de Museu Vale, já fez um percurso e tanto. A instituição acaba de comemorar 15 anos, tendo-se tornado um dos principais marcos da arte contemporânea e da formação cultural no Estado. Dirigido por Ronaldo Barbosa, que está à frente de uma equipe competente e entusiasmada, o museu, por intermédio de seu programa educativo, já beneficiou mais de 48 mil crianças, adolescentes e jovens da Grande Vitória.

A instituição abriga acervo de filmes, fotos, instrumentos, ferramentas e textos históricos do Centro de Memória da

Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), além de expor uma locomotiva a vapor (maria-fumaça) construída em 1945. Seus seminários internacionais promovem discussões essenciais e vanguardistas acerca da vida atual. Enfim, há uma série de motivos para se ir ao Museu Vale, mas é preciso destacar as exposições que colocam o Espírito Santo no roteiro da arte contemporânea nacional. Segundo informações do museu, já são mais de 1,6 milhão de visitantes, com um total de 39 importantes exposições. A mostra de Regina Chulam, que comemora os 15 anos, é imperdível.

Ronaldo Barbosa ressalta que “o museu tem foco na formação do público, tendo transformado a vida de muita gente, num processo cultural e educativo”. E é exatamente isso que os museus têm de especial: a conjugação da arte com a educação para a formação de indivíduos cada vez mais conscientes de sua condição de humanos, abrindo-lhes, com isso, a oportunidade de temperar a vida com o que muitas vezes nos falta cotidianamente: a experiência do sensível, do intangível e, por que não?, do indizível, do que não se pode traduzir em palavras.

O poeta Fernando Pessoa, lúcida e sensivelmente, “decretou” que a arte é importante porque a vida não basta. Eis uma sentença que, experimentada à risca, pode tornar nossa existência um pouco melhor, mais arejada, leve e feliz. No Espírito Santo, o caminho que nos leva a essa conquista tem um destino e uma parada obrigatória, o Museu Vale.

Santuzza da Costa Pereira

É presidente da Associação dos Procuradores do Espírito Santo (Apes)

/// Antes eram ajuizadas, em média, 500 execuções por mês. Hoje, esse número é de 50 execuções mensais

Celeridade na cobrança dos créditos do Estado

Nos últimos dias, o acúmulo de processos nos gabinetes dos desembargadores e juizes e a morosidade da Justiça têm ganhado destaque na mídia capixaba. Mas no Espírito Santo temos um exemplo de eficiência e agilidade em cobranças que, só neste ano, permitiu que mais de 4.500 execuções fiscais deixassem de ser ajuizadas, contribuindo para desafogar os gabinetes.

Trata-se da Lei Estadual de Protesto

(Lei nº 9.876) que, desde julho de 2012, já é uma realidade no Espírito Santo, permitindo a cobrança extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa (CDA) de qualquer valor. A lei se mostra a cada dia mais eficaz e garante a sustentabilidade das políticas sociais. O contribuinte cobrado extrajudicialmente tem seu nome “sujo” na praça, já que os títulos protestados são automaticamente informados aos cadastros do Serasa e do SPC.

A Procuradoria-Fiscal do Estado, setorial responsável pela gestão administrativa e arrecadação do crédito fiscal do Estado, tem sido considerada pelo Poder Judiciário do Espírito Santo modelo de cobrança extrajudicial de dívida ativa. Os números impressionam: em 2011, mais de 4.700 ações de execução fiscal foram ajuizadas pelo Estado. Já em 2012, sob a égide da Lei nº 9.876/2012, pouco mais de 2.700, e nos quatro primeiros meses de 2013, apenas 105 ações de execução fiscal foram ajuizadas.

Antes eram ajuizadas, em média, 500 execuções por mês. Atualmente, esse número é de 50 execuções mensais (10% do que era). Ao se analisar em valores, constata-se que foram protestados títulos em montante superior a R\$

43 milhões, sendo que quase 13% foram recuperados pela Fazenda Pública.

Embora a Lei Estadual de Protesto tenha sido contestada por diversos contribuintes desde que foi publicada, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo firmou seu entendimento no sentido de que o protesto é uma medida legítima de cobrança, por contar com previsão legal em nível nacional e estadual, não padecendo de qualquer inconstitucionalidade.

Ao editar a Lei de Protesto, o Espírito Santo ganhou um instrumento a mais na cobrança de seus créditos, que permite, ao mesmo tempo, mais celeridade no recebimento dos valores devidos ao Fisco e a redução de processos a serem julgados pelo Poder Judiciário.